

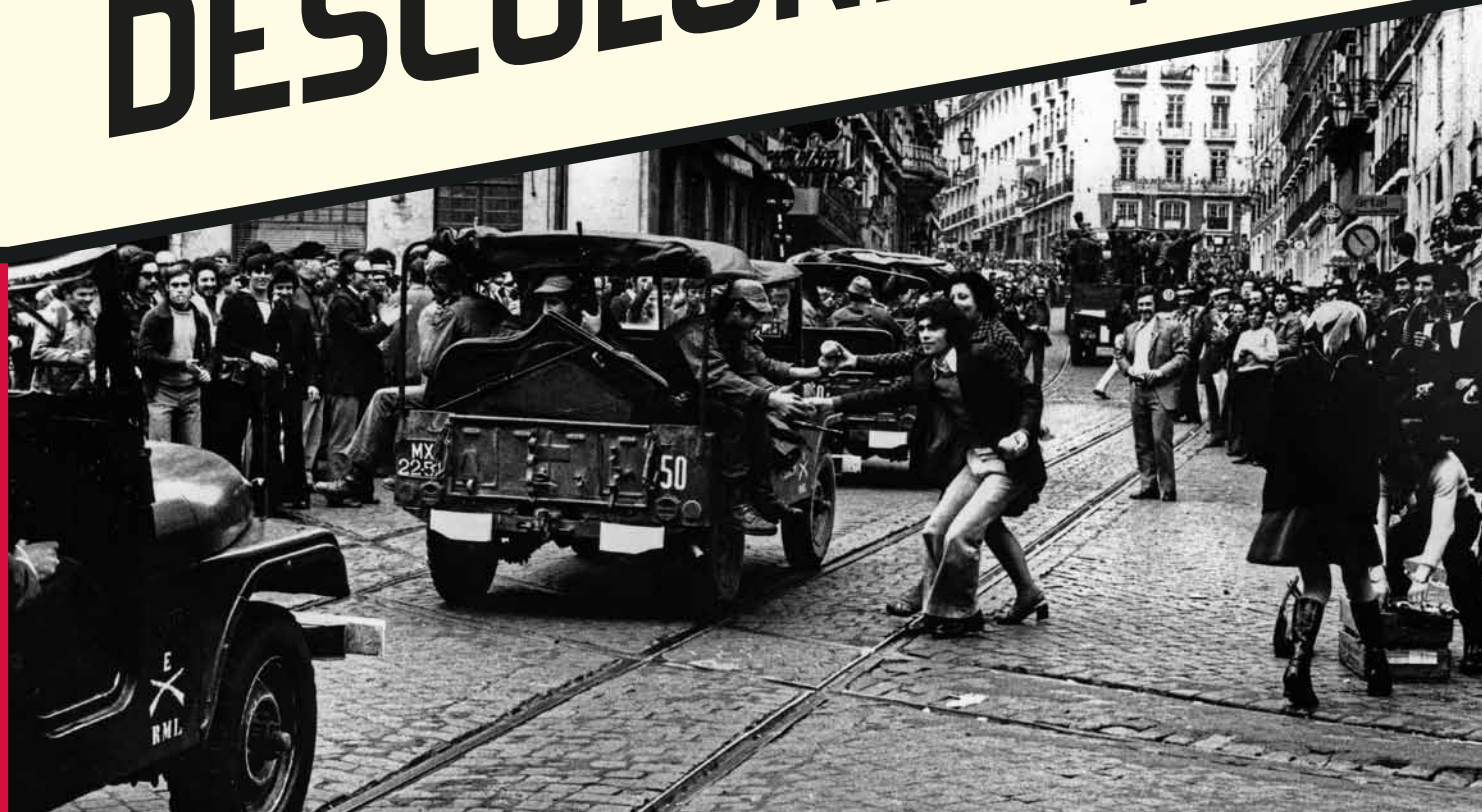


VOLUME

3

A QUESDA DO IMPÉRIO

DESCOLONIZAÇÃO



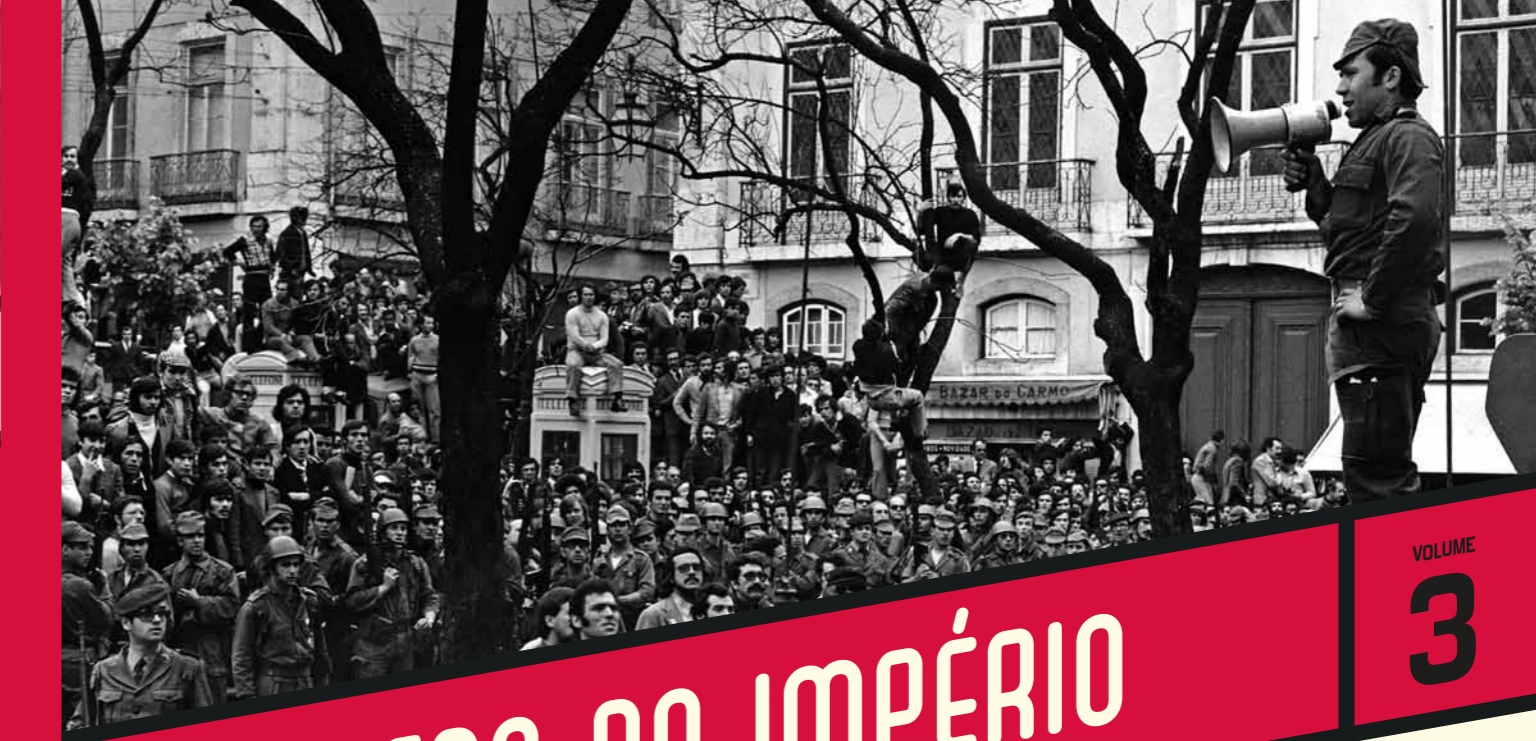


A QUESDA DO IMPÉRIO

VOLUME 3

A 25 DE ABRIL DE 1974 O PAÍS MUDOU. NÃO SÓ PORQUE A REVOLUÇÃO DOS MILITARES COLOCOU UM FIM A 48 ANOS DE DITADURA, A MAIS DURADOURA DA EUROPA. MAS TAMBÉM PORQUE, NAQUELE FIM DE TARDE, QUANDO MARCELO CAETANO ENTREGOU O PODER AO GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA, FECHOU-SE TODO UM CICLO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL: O CICLO DO IMPÉRIO. NESSE DIA, O POVO SAIU À RUA. MAS OS MILHARES DE PORTUGUESES QUE VIVIAM NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS, E QUE ESTAVAM A ACOMPANHAR PELA RÁDIO O DESENVOLVER DOS ACONTECIMENTOS NA METRÓPOLE, NÃO IMAGINAVAM QUE O TAL GOLPE DE ESTADO IRIA MUDAR-LHES A VIDA PARA SEMPRE.

- VOLUME 1
A VIDA NAS COLÓNIAS
- VOLUME 2
A LUTA PELA LIBERTAÇÃO
- VOLUME 3
A QUESDA DO IMPÉRIO
- VOLUME 4
A SOLUÇÃO FINAL - DESCOLONIZAR
- VOLUME 5
UMA DECISÃO DÍFICIL
- VOLUME 6
A PONTE AÉREA
- VOLUME 7
O REGRESSO À METRÓPOLE
- VOLUME 8
O DRAMA DA INTEGRAÇÃO



A QUESDA DO IMPÉRIO

VOLUME 3

A QUESDA DO IMPÉRIO

DESCOLONIZAÇÃO

DESCOLONIZAÇÃO



DESCOLONIZAÇÃO

VOLUME 3

A QUEDA DO IMPÉRIO

Índice

O Estado–Império português e o colonialismo tardio	4
JOSÉ PEDRO MONTEIRO E MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO	
Testemunho de Cláudia Ribeiro – Um Portugal imenso.	16
Usos e costumes – Da sanzala para a cidade.	26
VANESSA RATO	
Testemunho de Maria da Graça Ribeiro – Abril em Luanda	36
Movimento dos Capitães – 33 semanas para derrubar o regime.	40
MARIA INÁCIA REZOLA	
Usos e costumes – Quase pretos, quase brancos	47
VANESSA RATO	
Biografia – Otelo Saraiva de Carvalho	68
Angola – Do Congresso dos Combatentes ao 25 de Abril	74
PEDRO PEZARAT CORREIA	
Testemunho de Rogério Amorim – Cravos em Moçâmedes	92
Movimentos partidos, Partidos em movimento.	96
JOÃO PAULO GUERRA	
Testemunho de Armando Silva Gomes – Solidariedade angolana	117
Mudança social e migrações – A rutura de 1974	118
RUI PENA PIRES	
Usos e costumes – Luso-tropicalismo	124
VANESSA RATO	

DESCOLONIZAÇÃO

A queda do Império

Copyright 2015 © Autores e Verso da História
Reservados todos os direitos para esta edição

Cronologia © Associação 25 de Abril

Projeto editorial para o grupo Cofina

Coordenação: Paula Cardoso Almeida

Revisão: Mariana Guimarães

Design: André Cardoso

Paginação: Daniel Dias

Impressão e acabamento: Printer Portuguesa, Rio de Mouro

ISBN: 978-989-99377-7-2

Depósito legal: 390131/15

VERSO DA HISTÓRIA

Rua 10 de Junho, 54N – Aveleda

4485-010 Vila do Conde

Tel.: +351 229 967 567 | Linha de Apoio: 800 180 022

www.versodahistoria.pt | versodahistoria@versodahistoria.pt

JOSÉ PEDRO MONTEIRO E MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO

O ESTADO-IMPÉRIO PORTUGUÊS E O COLONIALISMO TARDO

Não obstante os debates em torno do seu impacto, a II Guerra Mundial continua a ser encarada como um momento chave na história dos impérios coloniais europeus no século XX. As importantes continuidades que resistiram ao conflito ou os processos (e as crenças) de reforço e consolidação colonial que tiveram lugar nos finais dos anos 1940 e durante grande parte da década de 1950 não contradizem, de modo inquestionável, a asserção de que o segundo conflito global mudou substancialmente as apreciações e regras vigentes da relação imperial¹.

As populações colonas, especialmente em Angola, exigiram uma maior autonomia administrativa e política, que se traduziu num substancial apoio aos movimentos oposicionistas que surgiram no rescaldo da Guerra.

O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS NO RESCALDO DA GUERRA

Ainda que muitos estudos estejam por fazer a este respeito, o impacto da II Guerra Mundial no Império colonial português foi substancialmente diferente daquele que assolou os seus congéneres imperiais. Afinal, Portugal manteve o estatuto de neutralidade e, mais importante, ao contrário do que tinha acontecido na Grande Guerra, não viu a maior parte dos seus territórios ameaçados por incursões militares, com a exceção de Timor, ocupado pelos japoneses, e que haveria de voltar a ficar sob domínio português no fim da guerra.

Ao contrário do que sucedeu na Metrópole, onde se promoveu uma ligeira abertura (de curta duração e mais aparente que real), o aparelho político, ideológico, jurídico e administrativo que governava a relação imperial manteve-se praticamente inalterado. O Ato Colonial de 1930, pedra angular do projeto imperial do regime, manteve-se em vigor assim como a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, sofrendo



o primeiro apenas ligeiras alterações. Uma nova Carta Orgânica do Império é aprovada em 1946, substituindo a de 1933, mas com poucas mudanças substanciais. Os apelos da Câmara Corporativa para que se fosse mais longe no processo de integração imperial não encontraram respaldo no Governo, adiando-o por uns anos². O principal instrumento de codificação e regulação jurídica das «políticas da diferença» e de discriminação social em contexto colonial, o Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas de 1929 manteve-se inalterado, bem como o associado Código de Trabalho dos Indígenas de 1928³. Do ponto de vista legal, a centralização política, administrativa e económica e a diferenciação sociojurídica que tinham caracterizado o Império no período anterior à guerra mantiveram-se.

Mas se a orgânica, estrutura, e instrumentos normativos do Império sobreviveram praticamente incólumes à guerra, isto não quis dizer que o Império não sofresse as consequências desta. Desde logo, as populações colonas, especialmente em Angola, exigiram uma maior autonomia administrativa e política, que se traduziu num substancial apoio aos movimentos oposicionistas que surgiram no rescaldo da guerra⁴. Em particular, o impacto económico da guerra nas colónias colocou

Após a II Guerra Mundial, enquanto outros países europeus iniciavam a descolonização, o Estado Novo reforçava a «totalidade portuguesa».

novos desafios aos governantes do Império. A partir de 1942, a crescente procura de produtos coloniais, como resultado da escassez provocada pelo conflito, fez disparar os preços internacionais de matérias-primas como o algodão, o açúcar, o café ou o sisal. Esta subida vertiginosa dos preços dos produtos coloniais fez aumentar muito substancialmente as trocas comerciais das duas principais colónias portuguesas, Angola e Moçambique (209% e 175% respetivamente, entre 1938 e 1946).

No mesmo período, um conjunto de grandes companhias nacionais conseguiu penetrar nos mercados angolanos e moçambicano. Como consequência deste fenómeno global, mas também, ainda que em menor parte, de um novo incentivo do Governo português ao povoamento «branco», aumentam os contingentes de nacionais da Metrópole a migrar para as colónias (por exemplo, em Angola, o número de europeus quase duplicou entre 1940 e 1950, passando de cerca de 45 mil para perto de 80 mil, sendo que em Moçambique se verificou um crescimento semelhante no mesmo período, de cerca de 27 mil para aproximadamente 49 mil)⁵. O Governo do Estado Novo estava ciente do potencial da exploração das economias coloniais, e, apesar de não ter desenvolvido, à época, esquemas de desenvolvimento como os organizados pelos britânicos (consagrados nos *Colonial Welfare and Development*

Cultivo do tabaco no colonato de Capelongo, um dos colonatos agrícolas mais produtivos de Angola.



Act de 1929, 1940 e 1945) ou franceses (com o *Fonds d'Investment pour le Développement Economique et Social* – FIDES, desde 1946), tomou algumas medidas tendo por vista racionalização da exploração económica das colónias, como, por exemplo, a reestruturação da Junta de Investigação das Colónias, que, nas décadas seguintes, viria a expandir significativamente as suas atividades.

Apesar das transformações que ocorreram nos planos internacional e imperial, o Governo do Estado Novo não deixou de manter um controlo marcadamente centralizado sobre as relações económicas e financeiras entre as colónias e a Metrópole, e entre estas e o exterior. Obviamente, apesar da centralização económica, existiram dinâmicas que fugiram ao controlo do Governo, como sucedeu, por exemplo, entre 1947-1948, quando as importações para a Metrópole de produtos coloniais (que tinham atingido um máximo de 23% em 1942) caíram para um mínimo histórico de 8%⁶.

Outra das consequências deste surto de crescimento económico, sustentado na exploração e cultivo de matérias-primas, amiúde em regime de monocultura e de cultivo obrigatório, foi a de aumentar de forma muito significativa a procura de mão de obra africana⁷. Ainda que as suas características possam ter mudado ligeiramente, sempre em função de especificidades locais, o «sistema» de organização, regulação e administração da força de trabalho africano continuou a ser um dos principais mecanismos associados às funções extrativas do Estado-Império nas colónias, a par da cobrança de impostos vários⁸. Ao contrário do que sucedeu nas colónias francesas e britânicas, as políticas, legislação e práticas de angariamento, recrutamento e emprego da mão de obra nativa mantiveram-se no essencial inalteradas. Tudo indica que o aumento súbito de alguns destas matérias-primas tenha tido como efeito aumentar ainda mais a pressão sobre a mão de obra africana, cuja escassez as autoridades portuguesas continuamente lamentavam. Por exemplo, no distrito do Congo, em Angola, a chegada em cada vez maior número de colonos portugueses, na sequência da alta dos preços do café, reforçou e atizou velhos e novos conflitos sociais, associados à expropriação de terras cultivadas por africanos, aos processos de recrutamento forçado e à persistência do recurso a castigos corporais pelas autoridades⁹.

Esta situação não era exclusiva de Angola. Em Moçambique, em 1947, foi o próprio governador-geral a reforçar a importância do recrutamento de trabalhadores «ociosos» através da promulgação de um decreto, que viria a ficar famoso na colónia mas também internacionalmente, exigindo aos administradores coloniais e seus colaboradores que redobrassem esforços no recrutamento de trabalhadores indígenas

de forma a que estes cumprissem o seu dever moral, mas não legal, de trabalhar¹⁰.

Mas o recurso sistemático ao trabalho forçado, a persistência dos baixos salários, de condições laborais indignas e obrigações fiscais exigentes, tinham consequências, muitas delas fundamentais para a compreensão do colonialismo tardio. Era esse o tom do hoje famoso relatório assinado pelo inspetor superior da Administração Colonial, Henrique Galvão, entregue à comissão das colónias da Assembleia Nacional numa sessão secreta em 1947. O relatório de Galvão, que resultava de visitas aos territórios de Moçambique e Angola, e que tinha sido encomendado pelo Ministério das Colónias, traçava um quadro preocupante das condições de vida dos «indígenas». Galvão reproduzia muitas das críticas que tinham sido feitas cerca de duas décadas antes por filantropos de vária extração operando internacionalmente, incluindo no interior de organismos internacionais como a Sociedade das Nações (SDN) ou a Organização internacional do Trabalho (OIT). Segundo Galvão, o recrutamento forçado, as sevícias, a deslocação forçada intra e intercolonial, contribuía, não apenas para o descrédito internacional de Portugal enquanto potência civilizadora, mas para a fragilização da legitimidade do Estado-Império enquanto instância capaz de zelar pelo bem-estar das populações sob a sua guarda.

O aspeto mais nocivo era o constante, e brutal, fluxo migratório de «indígenas» para as colónias vizinhas de Angola e Moçambique (o Congo no primeiro caso, principalmente a África do Sul e Rodésias no segundo). À corrente «legal» de cerca de 100 mil trabalhadores moçambicanos para as minas no Rand, na África do Sul, juntavam-se milhares de indígenas que, fugindo «ilegalmente» ao trabalho forçado, partiam à procura de melhores salários e condições laborais nas colónias vizinhas. Menos conhecidas que o diagnóstico de Galvão eram as suas recomendações, que se consubstanciavam em alterações substanciais na política e economia coloniais (desde logo a aplicação de uma taxa colonial a todos os habitantes e empresas da Metrópole). Mais importante, o foco nas «zonas de fronteira» demonstrava a ainda insuficiente capacidade infraestrutural do Estado-Império nas zonas periféricas¹¹.

Numa análise mais superficial, as transformações que se operaram no Estado-Império nestes primeiros anos após o conflito global podem ser interpretadas como escassas, meras reações às contingências históricas da época. No entanto, estes foram também anos em que as modalidades e idiomas de legitimação imperial foram tema de novos debates e reflexões entre as elites políticas e económicas do Estado-Império, por vezes em diálogo com interlocutores internacionais, inclusive de



outras formações imperiais. Os debates sobre a necessidade de reformar, de modos diversos e com alcance variável, o Império ganharam um novo fôlego, e acabariam por influenciar as transformações que se operaram nas décadas seguintes. Ainda que atingindo resultados diferentes dos verificados noutros espaços imperiais, essas mudanças pretenderam responder ao mesmo tipo de desafios com soluções diversas e características, e que resultaram na afirmação de um modelo de desenvolvimentismo particular – conducente a um crescimento sem desenvolvimento –, com uma forte dimensão repressiva¹².

A DÉCADA DE 1950 E A RACIONALIZAÇÃO DO ESTADO-IMPÉRIO

A década de 1950 constituiu uma época decisiva para o destino dos impérios coloniais europeus. Apesar dos esforços destes para reafirmarem a sua soberania e legitimidade imperial em África, perdido o grosso dos territórios na Ásia, este período foi marcado por uma crescente contestação global ao colonialismo europeu, tanto em instâncias internacionais como nas colónias¹³. No seio da Organização das Nações Unidas (ONU), a adesão de antigas colónias na qualidade de estados

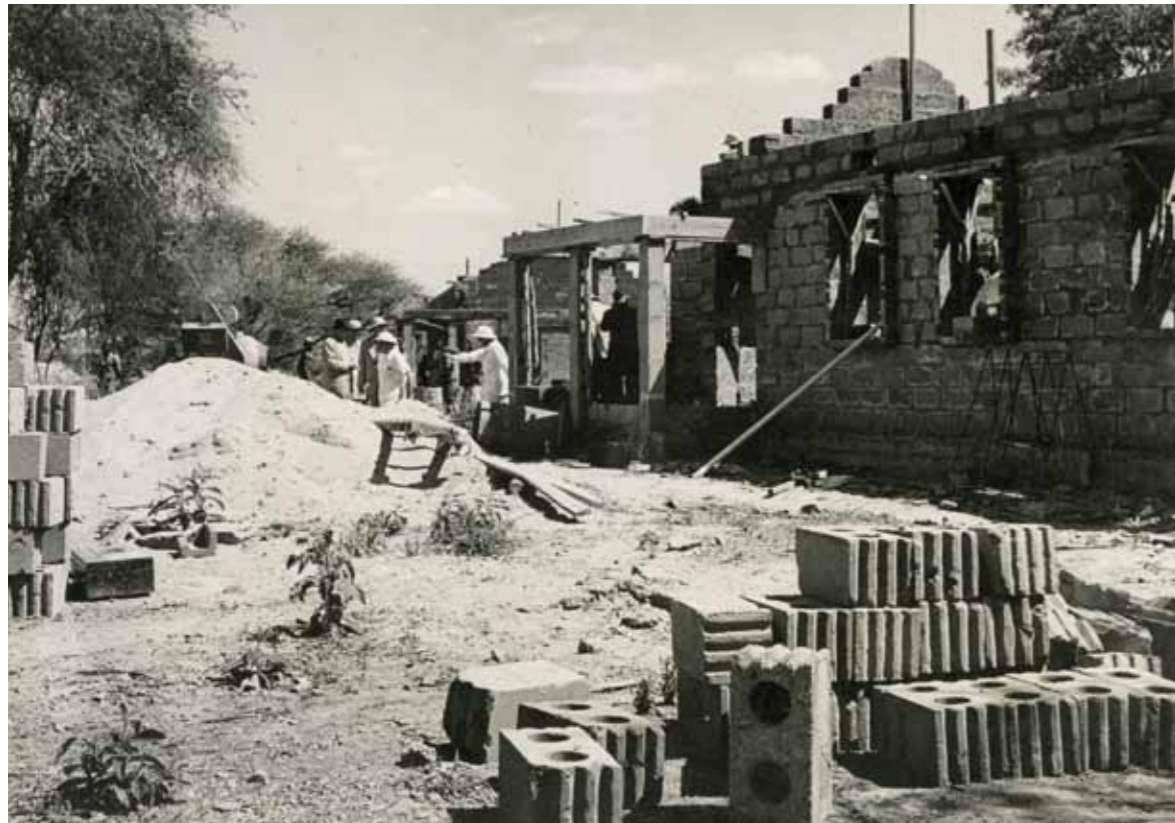
Exploração de diamantes em Henrique de Carvalho. A indústria diamantífera é, hoje, a segunda maior fonte de riqueza de Angola, depois do petróleo, com uma contribuição de 5% para o Produto Interno Bruto.



soberanos fez aumentar o escrutínio e contestação ao domínio imperial. Em Bandung, na Indonésia, líderes de estados recém-independentes e observadores provenientes de territórios ainda sob ocupação colonial afirmaram e projetaram a ideia da insustentabilidade política e ideológica do domínio colonial¹⁴. Em locais como o Quênia e a Argélia, os respetivos poderes imperiais viram-se a braços com movimentos insurgentes, mais ou menos organizados, que não só colocaram em causa a legitimidade imperial como demonstraram os custos políticos, financeiros e militares, da preservação imperial¹⁵.

Os governantes e administradores imperiais portugueses não se encontravam alheios às transformações globais que, com origens e alcances diversos, se iam processando. A necessidade de reformar e *racionalizar* o modelo de dominação colonial demonstrava ser imperiosa. É nesse contexto que, em 1951, e no seguimento de debates anteriores, o Governo do Estado-Império avançou com a «descolonização semântica» do Império¹⁶. Esta foi uma decisão que foi condicionada pela perspectiva de uma futura adesão à ONU, visto que a carta fundacional da organização previa, ao abrigo do seu artigo 73º, que as

A partir dos anos 1960 registou-se um desenvolvimento das cidades e das infraestruturas, sobretudo das comunicações, das estradas e dos portos, para potenciar o povoamento urbano nas colónias.



potências coloniais entregassem informações regulares sobre as condições políticas, sociais e económicas nos seus territórios dependentes. Assim, a 11 de junho de 1951, a Lei n.º 2048 revogou definitivamente o Ato Colonial de 1930, incorporando-o na Constituição portuguesa, que se tornava assim o instrumento constitucional de todo o Estado-Império. O «Império» passou, então, a designar-se «Ultramar», e as «colónias», «Províncias Ultramarinas». Em 1953, a Carta Orgânica do Império deu lugar à Lei Orgânica do Ultramar Português. À transformação semântica, que implicava a unidade política formal do Império, correspondia um equivalente esforço ideológico e político de validação, e uso instrumental, das teses lusotropicalistas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, protagonizado pelas elites políticas e académicas portuguesas durante a década de 1950¹⁷.

A integração política do espaço imperial consubstanciou-se também num aprofundamento da autonomia de cada um das Províncias Ultramarinas que, através de reformas políticas e administrativas, passaram a dispor de um estatuto próprio que autorizava a existência de conselhos legislativos, onde se previa a participação de representantes locais, europeus e africanos. No entanto, os poderes destes conselhos eram substancialmente limitados, ficando o grosso do poder nas mãos de responsáveis indicados pelo Governo metropolitano (desde logo, os governadores-gerais)¹⁸.

Às transformações constitucionais corresponderam ainda, durante esta década, transformações profundas na estrutura burocrática do Estado-Império. Motivadas pela necessidade de conhecer melhor as realidades coloniais, modernizar e expandir as áreas de administração estatal, fomentar e controlar o desenvolvimento económico, estas mudanças resultaram na criação ou renovação de organismos de natureza tecnocrática ou burocrática, associados à tentativa combinada de racionalizar o desenvolvimento do Império e promover, ainda que de forma parcial e com o fito de robustecer o domínio imperial (incluindo o aperfeiçoamento das suas modalidades coercivas), a *promoção* sociocultural das populações nativas¹⁹. Entre os exemplos que se podem enumerar contam-se a criação, por exemplo, do conjunto de brigadas técnicas associadas aos esquemas de povoamento, criadas em 1953²⁰. Houve também um esforço claro de *racionalização* e cientificização dos saberes coloniais por parte das autoridades coloniais, que passam a adotar novos métodos e instrumentos de conhecimento colonial. Mas também na Metrópole, onde, por exemplo, é criado em 1956 o Centro de Estudos Políticos e Sociais, sob a alçada da Junta de Investigações do Ultramar, e que visava aprofundar e dotar de uma maior cientificidade os processos de produção de conhecimento colonial, promovendo uma

Em 1951, e no seguimento de debates anteriores, o Governo do Estado-Império avançou com a «descolonização semântica» do Império.

aproximação aos desenvolvimentos disciplinares que se verificavam em áreas como a da sociologia, e onde participaram vários académicos que viriam a assumir responsabilidades governativas relacionadas com o Império²¹.

Se estas transformações visavam aprimorar os instrumentos de produção de conhecimento sobre as realidades coloniais do Estado-Império, elas visavam também fornecer os instrumentos capazes de vencer os desafios políticos ao domínio imperial que se colocavam nas colónias, na Metrópole e internacionalmente. Assim, por exemplo, em 1957, a PIDE estabelece as suas primeiras agências nas colónias. Em 1959, o Ministério do Ultramar cria o Gabinete de Negócios Políticos, uma instância que visava coordenar e monitorizar toda a informação produzida no aparato burocrático do Império com o objetivo, entre outros mais centrados em dinâmicas burocráticas específicas, de rebater potenciais críticas internacionais e de promover a defesa da legitimidade do Império em várias instâncias²².

A par das alterações introduzidas na estrutura burocrática do Império, a década de 1950 foi marcada também por uma transformação económica de relevo: a criação do primeiro plano de fomento de seis anos, em 1953. Apesar de cerca de 70% do investimento ser direcionado para a Metrópole, a criação do plano, com verbas alocadas ao desenvolvimento das colónias, significou uma mudança substancial na relação económica entre a Metrópole e o restante Império. Controlado e coordenado pelo Estado, o plano de fomento visava um processo de modernização societal que incidia sobre elementos tão diversos como a colonização étnica, a regulação do trabalho nativo ou a exploração dos vastos recursos materiais existentes nas colónias.

Neste primeiro plano, no entanto, as despesas sociais com educação ou saúde eram escassas, sendo o grosso do investimento direcionado para a construção e melhoria de infraestruturas de comunicação (algumas emblemáticas, e anteriores ao plano, como os portos da Beira e do Limpopo ou o Caminho de Ferro de Benguela), vitais para o escoamento das matérias-primas que garantiam a entrada de capitais estrangeiros²³.

Este processo de modernização não deixou de ter um impacto significativo na migração de partes da população metropolitana para as colónias, especialmente para Angola e Moçambique. Esquemas de colonização dirigida foram estabelecidos, construindo-se vários colonatos de imigração branca, como o colonato de Cela, em Angola, onde chegaram os primeiros colonos em 1953, ou de colonização mista, como o do Limpopo, em Moçambique, começado a ser povoado em 1954. Mas, e apesar destes esforços, este tipo de investimentos teve um

impacto residual no fluxo de migração europeia entre 1950 e 1960. Em 1960, o número de europeus em Angola era já de cerca de 173 mil, atingindo em Moçambique o número de 97 mil²⁴.

A PERSISTÊNCIA DA DIFERENÇA: UM IMPÉRIO RACIALIZADO E OS SEUS CRÍTICOS

A adoção por parte do Governo imperial de uma política de desenvolvimento dos territórios coloniais, integrando um movimento que incluiu todas as potências coloniais, não impediu que essa política assumisse diferenças notáveis com as de outros impérios. Em particular, a manutenção do Estatuto do Indigenato garantiu que a modernização económica e as tentativas limitadas de promoção do avanço sociocultural das populações nativas não tivessem correspondência

Na imagem, uma família de colonos, no Vale do Limpopo, a uma centena de quilómetros de Lourenço Marques, executa, sem a ajuda de mão-de-obra indígena, todos os trabalhos da sua fazenda.



Indígenas eram, segundo o Decreto 13 698, de 30 de maio de 1927, «indivíduos da raça negra ou deles descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distinguem do comum daquela raça».

Em Angola e Moçambique a esmagadora maioria da população continuava submetida à condição de indígena.

com a evolução da administração política, civil e social dessas mesmas populações. O estatuto do indigenato foi apenas ligeiramente alterado em 1954, sem modificações de relevo se se excetuar a elevação das populações de S. Tomé e Timor à condição de cidadãos. Em Angola e Moçambique a esmagadora maioria da população continuava submetida à condição de indígena. Apesar da tentativa de aumentar o número de mestiços ao serviço da administração colonial, o ritmo de assimilação manteve-se em níveis muito baixos, notoriamente irrisórios, revelando um caráter seletivo e instrumental. A consequência desta diferenciação jurídica e política das populações coloniais era a existência de um regime jurídico particular que consagrava a tutela paternalista do Império sobre as populações coloniais. Apesar de sustentando e promovendo uma retórica civilizadora, a existência de uma grelha normativa específica para os «indígenas» constituía um dos principais entraves à sua assimilação civil, política e cultural, ou seja, à sua efetiva «civilização».

Um dos efeitos mais perniciosos da persistência de um regime de cidadania dual para as populações colonizadas era o facto de estas se sujeitarem a um regime laboral particular que consignava o «dever moral de trabalhar» e que, desta forma, abria a porta a práticas de trabalho forçado, muitas das vezes mobilizado pelas próprias autoridades coloniais ao serviço de interesses públicos ou privados²⁵. Por outro lado, os primeiros esforços de modernização económica que se registaram na década de 1950 foram particularmente alheios às necessidades sociais destas populações, desde logo a educação e saúde. Por exemplo, no primeiro plano de fomento, nenhuma verba foi consignada para estas áreas. No segundo plano, de 1959 a 1964, passaram a ser atribuídas verbas para serviços sociais, mas o seu peso relativo continuava a ser relativamente escasso quando comparado com o peso relativo dessas despesas em colónias estrangeiras²⁶. As políticas da diferença prevalentes no sistema colonial português não deixaram de chamar a atenção de vários críticos do Império. Os anos 1950 foram marcados pela publicação sucessiva de obras, relatórios ou notícias que colocavam em causa as afirmações oficiais portuguesas acerca da natureza benévola e civilizacional da tutela imperial portuguesa, tal como sucedera décadas antes. Protagonizadas por atores internacionais diversos, desde organizações internacionais, como a ONU (a que Portugal aderiu em 1955) ou a OIT, a vários atores individuais, como missionários, académicos, filantropos ou jornalistas, estas críticas aumentaram a pressão internacional bem como obrigaram administradores e governantes a desenvolverem e apurarem mecanismos de recolha de informação e autoescrutínio imperial²⁷.



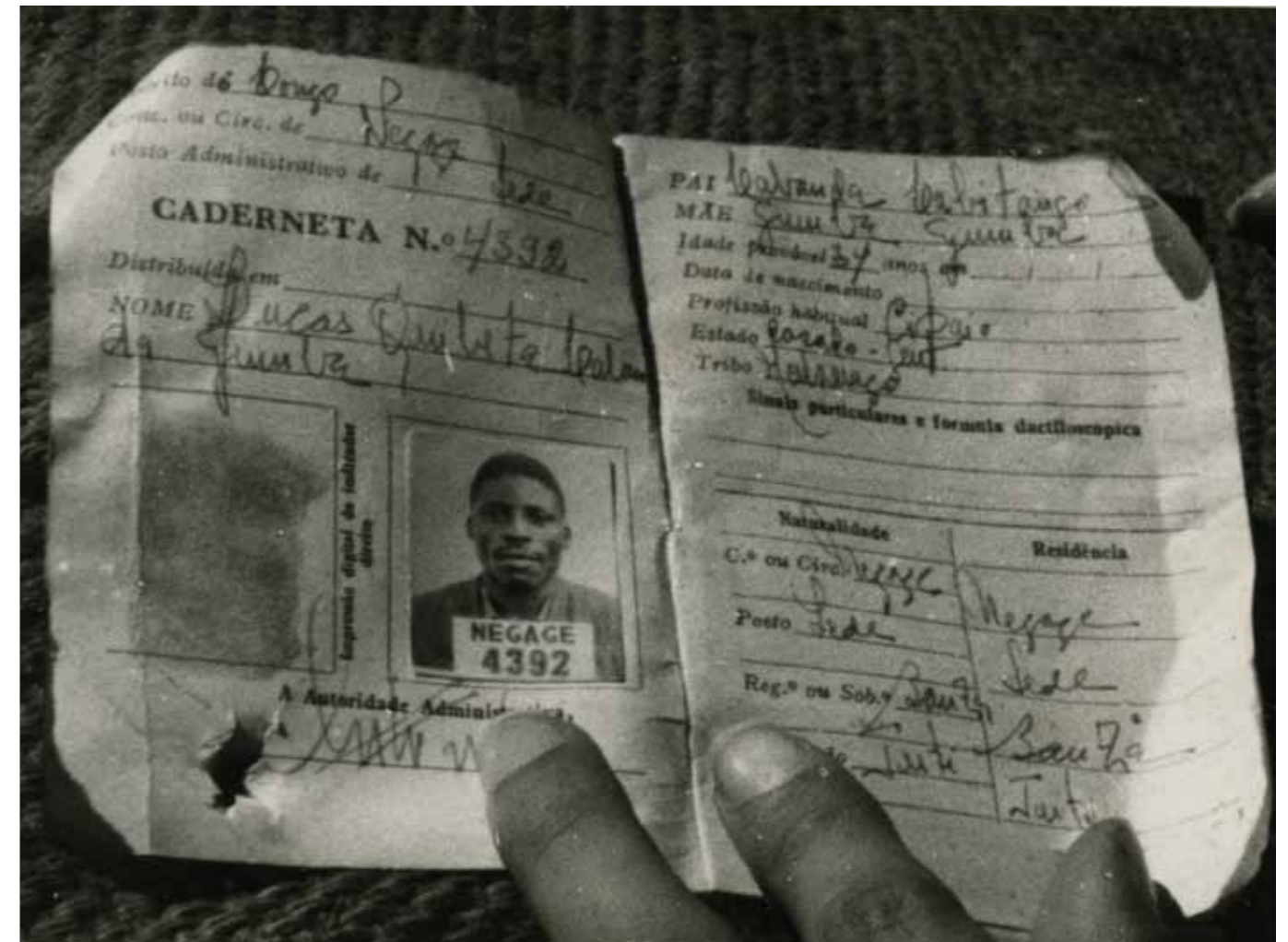
Também no seio das colónias, vários grupos começaram a desenvolver atividades de debate, crítica e denúncia da situação política, social e económica. Em Angola, por exemplo, os anos 1950 são marcados pela multiplicação de pequenos grupos que visavam questionar e combater o domínio imperial, como o Conselho de Libertação de Angola, criado em 1952, ou o Partido Comunista de Angola, criado em outubro de 1952²⁸. Conflitos sociais e a consequente repressão nos espaços coloniais ganharam também uma nova visibilidade, como foi o caso do massacre de Batepá de 1953, em S. Tomé, no porto de Pidjiguiti, na Guiné em 1959, ou no planalto da Mueda, em Moçambique, em 1960.

Apesar da mensagem oficial, constantemente repetida, de que a situação política nos territórios portugueses era marcada pela ordem e tranquilidade, em claro contraste com a situação nos territórios franceses, belgas e ingleses, as autoridades coloniais e imperiais promovem esforços de reforma, moralização e racionalização das políticas coloniais, como, por exemplo, no Norte de Angola, onde administradores coloniais envidaram esforços para reformar a situação política e social²⁹. Em 1959, num relatório assinado por experts coloniais como Silva Cunha, Sarmiento Rodrigues, Adriano Moreira ou Ribeiro da Cunha, e enviado ao Presidente do Conselho de Ministros, identificava-se um perigo «de tensão social» nas colónias de Angola e Moçambique, resultante de elementos «externos» mas também das relações entre colonos e africanos. A transformação da política indígena era apresentada como crucial para se evitarem problemas futuros, e mais graves³⁰.

REFORMAR PARA RESISTIR: O INÍCIO DA GUERRA E A REFORMA DO ESTADO-IMPÉRIO

No início da década de 1960, uma parte muito substancial dos territórios dos impérios francês, belga e britânico já tinham adquirido o estatuto de estados independentes, e mesmo aqueles em que a independência ainda não fora alcançada encontravam-se em processos de profunda transformação política³¹. Em dezembro de 1960, a Assembleia Geral da ONU condenava formalmente o colonialismo enquanto modalidade política³².

É neste contexto que, no início de 1961, se inicia a Guerra Colonial no Império português, mais concretamente em Angola, na sequência dos incidentes em janeiro na Baixa de Cassange, em Luanda, em fevereiro, e culminando nas sublevações no Norte de Angola, coordenadas pelas União das Populações de Angola. No final desse mesmo ano, em dezembro, a colónia de Goa foi anexada pela União Indiana³³. Ao



Os anos 1950 são marcados pela multiplicação de pequenos grupos que visavam questionar e combater o domínio imperial.

mesmo tempo, em diversos fóruns internacionais o colonialismo português tornou-se objeto de diversas iniciativas de denúncia: no mesmo dia em que se iniciaram as revoltas no Norte de Angola, a situação em Angola foi incorporada como ponto da ordem de trabalhos da reunião do Conselho de Segurança da ONU a pedido da Libéria; poucas semanas antes, o Gana apresentou uma queixa contra o Império português na OIT por violação da convenção sobre trabalho forçado³⁴. Na Metrópole, o Governo de Salazar viu-se a braços com uma conspiração para o derrubar cujas motivações passavam, em parte, pela resposta deste ao problema colonial³⁵.

A conjugação de todos estes fatores contribuiu decisivamente para a decisão do Governo imperial de reformar a estrutura político-jurídica

O controlo dos nativos indígenas era feito por meio da constituição do processo de identificação e do porte obrigatório da caderneta e do distintivo metálico.

do Império. A mais simbólica consistiu na abolição formal do sistema da cidadania dual: a 6 de setembro de 1961 o Estatuto dos Indígenas foi revogado, passando todos os habitantes do Império, independentemente da raça ou do seu grau de «civilização», a poderem deter, nominalmente e no caso de quererem, o estatuto de cidadão. Este processo era, segundo as autoridades, resultado de uma decisão voluntária dos governantes, a que eram alheios os conflitos políticos e militares nas colónias ou as crescentes pressões internacionais. Na verdade, o processo de reformas foi intensamente condicionado pelos sucessivos eventos, coloniais, metropolitanos e internacionais que marcaram esse período. Por exemplo, no que diz respeito à legislação laboral, o Código de Trabalho Indígena foi, de facto, totalmente revogado em abril de 1962 (bem como as disposições sobre cultivo obrigatório e participação das autoridades administrativas no recrutamento) e substituído pelo novo Código do Trabalho Rural. Mas nem o novo código era verdadeiramente universal nem era da exclusiva competência das autoridades portuguesas. Ele aplicava-se apenas aos antigos indígenas, não abrangendo trabalhadores rurais brancos mas incluindo trabalhadores africanos não-especializados em contexto urbano, e foi redigido sob estreita supervisão da OIT. As transformações enunciadas foram menos que universais e resultaram de constrangimentos evidentes. Mas foram, também, parte de um processo de *racionalização* e legitimação das políticas imperiais³⁶.

Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas no sentido de aumentar a autonomia das diferentes colónias. Aumentaram-se os poderes de governadores-gerais e dos corpos eleitos, bem como o número de deputados à Assembleia Nacional eleitos pelas colónias, e foi aprovada uma nova lei das regedorias (que, reforçando o poder das autoridades tradicionais, visava aproximar a administração colonial das populações locais), ainda que algumas destas políticas viessem a ser revertidas mais tarde com a saída de Adriano Moreira do Ministério do Ultramar³⁷.

Em 1961 foi também criado o «espaço económico português» que visava fazer de todo o espaço imperial uma zona de comércio livre, prevenindo a eliminação de todas as taxas alfandegárias até 1972, e criando uma zona do escudo (um processo que viria a conflitar com a crescente integração económica no espaço europeu)³⁸. A par dos esforços de maior integração económica, registaram-se também iniciativas no sentido de desenvolver instrumentos e organismos cujo fim era o de racionalizar e planificar a vida social e económica nas colónias, reforçando intervenção estatal, como as Juntas Provinciais de Povoamento e os Institutos de Trabalho Previdência e Ação Social de Angola e Moçambique, ambos criados no ano de 1961³⁹.



A GUERRA COLONIAL E O ACENTUAR DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTISMO REPRESSIVO

O conjunto de reformas que tiveram lugar no início da década de 1960 mudou substancialmente as relações sociais e económicas nas colónias, mas, com a extensão da guerra à Guiné e Moçambique, em 1963 e 1964, respetivamente, uma panóplia de novas medidas foi implementada para fazer face aos novos desafios⁴⁰. Por outro lado, verificou-se a intensificação de dinâmicas já existentes anteriormente. Os esforços de *modernizar* os territórios coloniais intensificaram-se, mesmo que a sua vertente repressiva e de controlo das populações se mantivesse ou acentuasse, e novas políticas e instrumentos promotores do bem-estar colonial foram desenhados.

Uma fotografia invulgar de brancos e negros, chefes de serviço e humildes serventes, convivendo durante um jantar de uma empresa de Luanda.

Os anos da guerra foram desde logo caracterizados por um crescimento económico das colónias sem precedentes. Este crescimento, sem desenvolvimento, resultou de esforços dirigidos pelo Estado, muitas das vezes em articulação com capitais estrangeiros, estando em grande medida associado ao incremento das despesas militares. Paradoxalmente, é também durante o período da guerra, quando a importância política e económica do Império é sistematicamente reiterada em discursos e fóruns políticos, que se verifica uma substancial divergência na relação económica entre a Metrópole e as colónias, assumindo a Europa ocidental um lugar preferencial enquanto zona de trocas comerciais com a primeira, o que levaria ao restabelecimento e reforço do controlo das trocas comerciais em 1972⁴¹. Não obstante, o esforço económico mantido pelo Estado-Império manteve-se, e os planos de fomento continuaram a prever despesas com as colónias apesar de o seu valor relativo decair (de cerca de 30% no primeiro plano passa para 25, 26 e 27% no segundo, intercalar e terceiro, respetivamente). No entanto, graças ao crescimento económico das colónias, os orçamentos de cada província permitem aumentar as despesas estatais relacionadas com desenvolvimento económico e social das colónias⁴².

Igualmente importante, o esforço de desenvolvimento aliado ao dinamismo económico garantiu que a atração de europeus para as colónias não esmorecesse substancialmente. Apesar do insucesso que caracterizou os planos de colonização dirigida, o número de europeus em Angola e Moçambique continuou a aumentar até à desintegração do Império, ainda que a uma taxa mais baixa que nas décadas anteriores. Em 1973, as populações europeias em Angola e Moçambique, respetivamente, totalizavam um número de 324 mil e 190 mil⁴³.

Apesar da chegada substantiva de colonos europeus e da crescente importância de afirmar a legitimidade colonial face às crescentes pressões internas (em particular, aquelas colocadas pela intensificação das atividades políticas e militares dos vários movimentos nacionalistas) e externas, o modelo de desenvolvimento português continuou a assentar em investimentos em grandes obras (como barragens, por exemplo) e no robustecimento do aparelho estatal (nomeadamente, em instrumentos que garantissem uma melhor defesa da soberania portuguesa, das despesas estritamente militares à melhoria de vias de comunicação e transporte)⁴⁴.

O facto de estes processos terem tido lugar num contexto de guerra de guerrilha em três territórios obrigou as autoridades imperiais a reforçarem os instrumentos de controlo e organização estatal das sociedades coloniais. Estes instrumentos não obedeciam apenas a uma lógica estritamente militar, eles pretendiam, ao mesmo tempo, garantir a

conquista dos «corações e mentes» das populações coloniais e racionalizar a exploração dos recursos materiais e humanos dos territórios. Entre o conjunto de iniciativas desenvolvidas com esse fim contaram-se a criação dos Serviços de Ação Psico-Social, compostos por equipas multidisciplinares e multirraciais, e a formulação de políticas de desenvolvimento comunitário que visavam, ao mesmo tempo, fornecer instruções de higiene, técnicas agrícolas, entre outras, e garantir um maior conhecimento dos sentimentos das populações coloniais. Elas inseriam-se no projeto mais global, associado aos conflitos, de criação de novos aldeamentos estratégicos onde não só as populações nativas estariam afastadas dos elementos insurgentes, como poderiam ser instruídos em função dos novos propósitos modernizadores (que incluíam aspetos laborais, de cultivo das terras, de organização

Na Angola colonial, existia uma Luanda dos brancos e uma Luanda dos negros. Os bairros indígenas eram a Luanda dos negros.





Apesar da nova ênfase no bem-estar das populações nativas, motivada por fins estratégicos e políticos, o modelo de desenvolvimentismo repressivo do Estado- Império português continuou a ser caracterizado pela persistência de importantes políticas da diferença.

familiar, entre outros), facilitando a sua «assimilação» e promovendo uma maior obediência àquilo que eram os imperativos de um Estado colonial moderno⁴⁵.

Apesar da nova ênfase no bem-estar das populações nativas, motivada por fins estratégicos e políticos, o modelo de desenvolvimentismo repressivo do Estado- Império português continuou a ser caracterizado pela persistência de importantes políticas da diferença, elementos centrais de sociedades profundamente racializadas. Os investimentos em educação, saúde, e assistência social mantiveram-se relativamente baixos. Os índices de esperança média de vida ou de alfabetização das populações africanas sofreram melhorias muito ligeiras. No domínio das relações laborais, por exemplo, apesar de em meados da década de 1960 já existirem, em cidades como Luanda ou Lourenço Marques, instituições de colocação pública de emprego, na esmagadora maioria das zonas rurais o recrutamento continuava a ser feito por intermédio de recrutadores privados, persistindo uma desigualdade significativa de remuneração em função da condição racial. O peso relativo das elites negras no Estado- Império era residual, e a assimilação fez-se, no essencial, através das Forças Armadas, com a tentativa de «africanização» da guerra, na segunda metade da década de 1960. Como escrevia Afonso Mendes, antigo diretor do Instituto do Trabalho em Angola, num relatório enviado para o Conselho de Contra-Subversão em Angola em 1969, o esforço da construção da proclamada sociedade multirracial estava longe de ser devidamente reconhecido pelos africanos: as desigualdades económicas associadas a fatores raciais continuavam a determinar os desequilíbrios sociais e culturais entre grupos raciais. O trabalho forçado e a violência, que persistiam, eram fenómenos cuja responsabilidade as populações continuavam a atribuir ao domínio português⁴⁶.

CONCLUSÃO

A história do Império português ao longo da segunda metade do século XX foi marcada por dinâmicas conflitantes. Por um lado, os governantes do Estado- Império desenvolveram estratégias que visavam racionalizar e modernizar a exploração económica das colónias e as relações sociais e políticas que a regiam, tal como o fizeram outras potências europeias. No entanto, a persistência de políticas da diferença vincadas e com consequências óbvias no quotidiano das populações africanas, e que não desapareceram com o esforço de guerra, fizeram do Império português um caso particularmente interessante

para o estudo das estratégias de preservação imperial durante o colonialismo tardio. Marcado por contingências históricas, este foi um processo com uma genealogia longa e que visou, acima de tudo, aprofundar o conhecimento e o controlo sobre as populações coloniais, tendo em vista a preservação e legitimação, interna e externa, do Império.

NOTAS

- 1 Veja-se, entre outros, R. F. Holland, *European Decolonization 1918-1981* (Londres: MacMillan, 1985) e William Roger Louis and Posser Gifford, *The Transfer of Power in Africa, 1940-1960* (New Haven: Yale University Press, 1982).
- 2 Yves Leonard, «O Império Colonial Salazarista» em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5 (Lisboa: Círculo de Leitores, 1999), pp. 10-31.
- 3 Sobre o conceito de «políticas da diferença» veja-se Frederick Cooper e Jane Burbank, *Empires in World History* (Princeton: Princeton University Press, 2010), pp. 11-13.
- 4 Fernando Tavares Pimenta, *Portugal e o Século XX: Estado-império e Descolonização (1890-1975)* (Porto: Afrontamento, 2010), pp. 93-94.
- 5 Cláudia Castelo, *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)* (Porto: Afrontamento, 2007), pp. 109-110. Pimenta, *Portugal...*, p. 95.
- 6 Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire (1825-1975): A Study in Economic Imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985), p. 147.
- 7 Como, por exemplo, no caso do algodão. Veja-se, entre outros, Mary-Anne Pitcher, *Politics in the Portuguese Empire: The State, Industry and Cotton (1926-1974)* (Oxford: Oxford University Press, 1993) e Allen Isaacman, *Cotton is the Mother of Poverty: Peasants, Work and Rural Struggle in Colonial Mozambique (1938-1961)* (Portsmouth, N.H.: Heinemann, 1995).
- 8 Philip J. Havik, Alexander Keese e Maciel Santos, *Administration and Taxation in Former Portuguese Africa, 1900-1945* (Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2015)
- 9 Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola* (Lisboa: Tinta da China, 2009), pp. 205-208.
- 10 José Pedro Monteiro, *Portugal, a Organização Internacional do Trabalho e o problema do trabalho nativo: a queixa do Gana* (Lisboa: Tese de Mestrado, FCSH-UNL, 2012).
- 11 Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro, «Internationalism and Empire: the question of native labor in the Portuguese empire (1929-1962)» em Simon Jackson e Alanna O'Malley (eds.), *From the League of Nations to the*

- United Nations: *The Institution of International Order* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, a sair, 2015).
- 12 Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? Politics, Culture and Economy in Portuguese Late Colonialism» em Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (eds.), *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons* (Basingstoke: Palgrave, 2015), pp. 51–80.
 - 13 Sobre os desenvolvimentos internacionais veja-se, entre outros, Neta Crawford, *Argument and Change in World Politics. Ethics, Decolonization and Humanitarian Intervention* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002), pp. 291–343. Para uma visão geral sobre a contestação nas colónias, Martin Thomas, Bob Moore e L.J. Butler, *Crisis of empire: Decolonization and Europe's Imperial States, 1918–1975* (Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2010).
 - 14 Christopher Lee (ed.), *Making a World After Empire: The Bandung Moment and its Political Afterlives* (Athens: Ohio University Press, 2010).
 - 15 Veja-se, entre outros, Caroline Elkings, *Imperial Reckoning: The Untold Story of British Gulag Kenya* (Nova Iorque: Henry Holt, 2005); Martin Evans, *Algeria: France's Undeclared War* (Oxford: Oxford University Press, 2012).
 - 16 Jerónimo e Pinto, «A Modernizing Empire?...».
 - 17 Jerónimo e Pinto, «A Modernizing Empire?...» e Pimenta, *Portugal...*, p. 93. Sobre a mobilização do luso-tropicalismo pelo Estado Novo veja-se, Cláudia Castelo, «O Modo Português de Estar no Mundo»: *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933–1961)* (Porto: Afrontamento, 1999).
 - 18 Pimenta, *Portugal...*, p. 93.
 - 19 Jerónimo e Pinto, «A Modernizing Empire?...».
 - 20 Castelo, *Passagens...*, p. 133.
 - 21 Frederico Ágoas, «Estado, Universidade e Ciências Sociais: a introdução da sociologia na escola superior colonial (1952–1972)» em Miguel Bandeira Jerónimo (org.), *O Império Colonial em Questão: Poderes, Saberes e Instituições (Séc. XIX–XX)* (Lisboa: Edições 70, 2012), p. 333.
 - 22 Jerónimo e Pinto, «A Modernizing Empire?...». Veja-se ainda Bernardo Pinto Cruz, *Proto-Totalitarismo de Gabinete: A Génese e Consolidação do Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar* (Lisboa: Tese de Mestrado, FCSH-UNL, 2015).
 - 23 Jerónimo e Pinto, «A Modernizing Empire?...»; Cláudia Castelo. «Developing “Portuguese Africa” in late colonialism: confronting discourses» em Joseph Hodge, Gerald Hodl e Martina Kopf (eds.) *Developing Africa: Concepts and Practices in 20th Century Colonialism* (Manchester: Manchester University Press, 2014), pp. 63–86.
 - 24 Castelo, *Passagens...*, pp. 143–154, 220–229.
 - 25 Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro, «Das dificuldades de levar os indígenas a trabalhar: o “sistema” de trabalho nativo no império colonial português» em Jerónimo (org.), *O império colonial em questão...*, pp.157–197.
 - 26 Jerónimo e Pinto, «A Modernizing Empire?...».
 - 27 Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro, «Das dificuldades...»
 - 28 Wheeler e Pélissier, *História de Angola*, pp. 233–249.
 - 29 Alexander Keese, *Living with Ambiguity: Integrating an African Elite in French and Portuguese Africa (1930–1961)*, (Stuttgart: Franz Steiner, 2007), pp. 263–287.
 - 30 Relatório enviado pelo Ministério da Saúde e Assistência, 2 de setembro de 1959, ANTT/AOS/CO/UL-61 PT 21.
 - 31 Veja-se, entre outros, Martin Shipway, *Decolonization and its Impact: A Comparative Approach to the End of Colonial Empires* (Oxford: Willey-Blackwell, 2008).
 - 32 Veja-se Aurora Almada Santos, *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa (1961–1970)* (Lisboa: Tese de Doutoramento, FCSH-UNL, 2014).
 - 33 Para uma reflexão sobre a natureza destes conflitos veja-se, entre outros, Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto Cruz, «Terror e saberes coloniais: Notas acerca dos incidente na Baixa de Cassange, janeiro e fevereiro de 1961» em Jerónimo, *O império colonial em questão...*, pp. 3–36.
 - 34 José Pedro Monteiro, *Portugal, a Organização Internacional do Trabalho Nativo (1944–1963)* [Tese de Doutoramento, ICS-UL (em progresso)].
 - 35 Witney W. Schneidman, *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial Português*, (Lisboa: Tribuna da História, 2005), pp. 50–54.
 - 36 Jerónimo e Monteiro, «Internationalism and empire».
 - 37 Pimenta, *Portugal...*, pp. 109–113.
 - 38 Victor Pereira, «A Economia do Império os Planos de Fomento» em Jerónimo, *O império colonial em questão*, pp. 262–268.
 - 39 Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro, «O império do trabalho: Portugal, as dinâmicas do internacionalismo e os mundos coloniais» em Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais* (Lisboa: Edições 70, 2013), pp. 15–54; Castelo, *Passagens...*, pp. 154–163.
 - 40 Sobre a natureza dos conflitos e dos seus protagonistas veja-se, por exemplo, Patrick Chabal, «Emergencies and Nationalist Wars in Portuguese Africa» em Robert Holland, *Emergencies and Disorder in European Empires After 1945* (Londres: Frank Cass, 1994), pp. 235–249. Veja-se, ainda, António Costa Pinto, *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização (1961–1975)* (Lisboa: Livros Horizonte, 2001); e Norrie Macqueen, *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império* (Mem Martins: Inquérito, 1998).
 - 41 Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire*, pp.192–224.
 - 42 Pereira, «A economia do império...», pp. 275 e 279.
 - 43 Castelo, *Passagens...*, p.143.
 - 44 Pereira, «A economia do império...».
 - 45 Jerónimo e Pinto, «A Modernizing Empire?...».
 - 46 Jerónimo e Monteiro, «O império do trabalho».

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Capa: em cima, Associação 25 de Abril/Álvaro e José Tavares; em baixo, Associação 25 de Abril/Álvaro e José Tavares;

Contracapa: em cima, PT-TT-SNI-ARQF-003-27284; em baixo, PT-TT-SNI-ARQF-003-27273.

- Pág. 5 ca-PT-TT-DME-P-cxA-Angola-2-N028
- Pág. 6 PT-TT-SNI-ARQF-DO-033-005-12696
- Pág. 9 ca-PT-TT-DME-P-cxA-Angola-3-N040
- Pág. 10 ca-PT-TT-FLAMA-P-cxA-4-Angola-Varios-1-N044
- Pág. 12 PT-TT-AGU-006-017559
- Pág. 15 PT-TT-SNI-ARQF-DO-034-005-13060
- Pág. 17 PT-TT-SNI-ARQF-003-27273
- Pág. 18 ca-PT-TT-FLAMA-P-cxM-5-Mocambique-N044
- Pág. 19 Arquivo Cláudia Ribeiro
- Pág. 21 PT-TT-SNI-ARQF-DO-034-008-09173
- Pág. 23 ca-PT-TT-DME-P-cxA-Angola-3-N011
- Pág. 25 ca-PT-TT-FLAMA-P-cxA-4-Angola-Varios-1-N049
- Pág. 26 PT-TT-AGU-001-019646
- Pág. 27 PT-TT-AGU-001-001763
- Pág. 29 PT-TT-AGU-001-019383
- Pág. 30 PT-TT-AGU-006-006712
- Pág. 36 ca-PT-TT-DME-P-cxG-Guine-1-N047
- Pág. 37 PT-TT-AGU-001-016872
- Pág. 38 PT-TT-SNI-ARQF-003-27281
- Pág. 39 PT-TT-SNI-ARQF-DO-033-001-12400
- Pág. 41 Direitos Reservados
- Pág. 44 PT-TT-SNI-ARQF-003-27274
- Pág. 47 PT-TT-SNI-ARQF-DO-033-008-13565
- Pág. 48 PT-TT-SNI-ARQF-003-53415
- Pág. 51 Direitos Reservados
- Pág. 51 Direitos Reservados
- Pág. 52 PT-TT-SNI-ARQF-003-53413
- Pág. 55 Arquivo *Diário de Notícias*
- Pág. 57 Museu da Presidência da República
- Pág. 60 PT-TT-SNI-ARQF-003-53409
- Pág. 62 Direitos Reservados
- Pág. 65 PT-TT-SNI-ARQF-003-53407
- Pág. 69 Arquivo Fotográfico Otel Saraiva de Carvalho
- Pág. 71 Arquivo Fotográfico Otel Saraiva de Carvalho
- Pág. 72 Arquivo Fotográfico Otel Saraiva de Carvalho
- Pág. 76 Direitos Reservados
- Pág. 81 Direitos Reservados
- Pág. 82 PT-TT-SNI-ARQF-003-27278
- Pág. 84 Direitos Reservados
- Pág. 87 ca-PT-TT-DME-P-cxA-Angola-1-N014
- Pág. 89 Henrique Matos
- Pág. 90 Direitos Reservados
- Pág. 93 PT-TT-SNI-ARQF-003-53410
- Pág. 94 PT-TT-SNI-ARQF-003-27295
- Pág. 95 PT-TT-SNI-ARQF-003-29002
- Pág. 97 Museu da Presidência da República
- Pág. 101 ca-PT-TT-DME-P-cxA-Angola-2-N034
- Pág. 102 PT-TT-SNI-ARQF-003-35140
- Pág. 105 ca-PT-TT-FLAMA-P-cxA-4-Angola-N028
- Pág. 106 Nordic Africa Institute/Knut Andreasson
- Pág. 108 PT-TT-SNI-ARQF-003-27284
- Pág. 111 PT-TT-SNI-ARQF-003-35144
- Pág. 113 ca-PT-TT-DME-P-cxG-Guine-1-N008
- Pág. 114 PT-TT-SNI-ARQF-RP-003-27806
- Pág. 117 PT-TT-SNI-ARQF-DO-033-001-01205
- Pág. 119 ca-PT-TT-FLAMA-P-cxC-1-Cabo-Verdeanos-N006
- Pág. 121 ca-PT-TT-FLAMA-P-cxC-1-Cabo-Verdeanos-N005
- Pág. 122 ca-PT-TT-FLAMA-P-cxA-4-Angola-Varios-1-N047
- Pág. 124 ca-PT-TT-DME-P-cxA-Angola-4-N014
- Pág. 126 ca-PT-TT-FLAMA-P-cxA-4-Angola-Varios-1-N128